



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**RELATOR DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E**  
**REDAÇÃO - CCJR**

---

**RELATORIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PROPOSITURA:** Projeto de Lei Ordinária nº 1351/2024.

**Autoria:** EXECUTIVO MUNICIPAL

**Assunto:** “Dispõe sobre a execução de calçadas em novos loteamentos no Município de Porto Velho e dá outras providências.”

**RELATOR:** Vereador MÁRCIO OLIVEIRA

**I – Relatório:**

Trata-se de Projeto de Lei de Complementar apresentado pelo Poder Executivo Municipal, pelo Excelentíssimo Senhor Hildon de Lima Chaves, que dispõe sobre o “Dispõe sobre a execução de calçadas em novos loteamentos no Município de Porto Velho e dá outras providências.”

Em síntese a proposta legislativa, de iniciativa do Poder Executivo, trata-se de minuta de Projeto de Lei que visa a obrigatoriedade da execução de calçadas pelos loteadores, proprietários e possuidores de lotes em novos loteamentos no Município aprovados após a publicação desta norma. Determinando responsabilidades ao loteador, tais como elaboração dos projetos das calçadas, execução e manutenção dos lotes e, ainda, responsabilidades aos compradores.

É o relatório necessário

**II – Análise:**

É cediço que cabe à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação “manifestar-se sobre todos os assuntos submetidos à sua apreciação, quanto aos aspectos inerentes à constitucionalidade, juridicidade, legalidade, redação e técnica legislativa”, nos termos do artigo 94 do RI/ Resolução nº 254/CMPV - 91.



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**RELATOR DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E**  
**REDAÇÃO - CCJR**

---

Desta forma, passamos a tecer considerações pertinentes ao presente Projeto de lei.

Primordialmente importante salientar que, a garantia e previsão no escopo jurídico, está previsto na Constituição em seu artigo 30, inciso I:

Art. 30. "Compete aos Municípios:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local".

A constitucionalidade do projeto possui previsão expressa no artigo 65 caput, da Lei Orgânica Municipal que dispõe:

Art. 65. "As iniciativas das leis complementares e ordinárias cabem a qualquer membro ou Comissão da Câmara Municipal, ao prefeito e aos cidadãos, na forma prevista na Constituição Federal e Estadual e nesta Lei Orgânica".

Importante observar que o projeto não invade seara de competência privativa do Poder Executivo, na medida em que não há na Lei Orgânica, dispositivos que assegurem a iniciativa de projeto de lei sobre a matéria em comento apenas ao Chefe do Executivo.

Por essa razão, opinamos **FAVORAVELMENTE À APROVAÇÃO** do projeto de Lei Ordinário n.º 1351/ 2024.

**III - Voto:**

Diante do exposto, o voto é pela **constitucionalidade** e juridicidade do presente Projeto de Lei Complementar, e no mérito pela sua aprovação.

Porto Velho, 09 de dezembro de 2024.

---

**MÁRCIO OLIVEIRA**  
Vereador/Relator



Assinado por **Márcio José Scheffer De Oliveira** - Vereador - Em: 10/12/2024, 10:02:21



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO  
GERÊNCIA DAS COMISSÕES

---

**Propositura:** Projeto de Lei Complementar nº 1351/2024 (Mens. 79/2024)

**Autoria:** Executivo Municipal (Prefeito Hildon Chaves)

**Assunto:** "Dispõe sobre a Execução de calçadas em novos loteamentos no Município de Porto Velho e dá outras providências."

**PARECER Nº 22/2024**

Senhor Presidente

Senhores Vereadores (a),

A **Comissão de Constituição, Justiça e Redação/2024**, após análise da relatoria do Vereador Marcio Oliveira, seguindo voto do relator, entende pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica do presente Projeto de Lei Complementar, e, quanto ao mérito, recomenda a sua aprovação.

Pelo exposto, somos pela aprovação da matéria, o que se constitui em PARECER desta Comissão, s.m.j.

Gerência das Comissões, 10 de dezembro de 2024.

  
**Ver. Everaldo Fogaça**  
1º Secretário/CCJR  
- 2024 -

**Ver. Márcio Oliveira**  
Presidente/CCJR  
- 2024 -

**Ver. Isaque Machado**  
2º Secretário/CCJR  
- 2024 -